

Senado quer conversa franca com militar

Rubem de Azevedo Lima

A realização de uma conversa franca, entre as Forças Armadas e o Congresso, através da Comissão de Segurança Nacional do Senado, a fim de ver o que os militares precisam para preservar o País de eventuais ameaças à sua soberania e localizar de onde possam vir esses riscos, de modo a neutralizá-los. Isso é o que propõe o líder do PSDB no Senado, senador Fernando Henrique Cardoso, em face da existência de sinais visíveis de inquietação nas Forças Armadas. Mas interpretados, em sua opinião, erroneamente como consequência exclusiva de reivindicações salariais não satisfeitas.

“É evidente — diz Fernando Henrique ao JBr — que existe a questão salarial e que qualquer categoria mal remunerada constitui problema. Só que esse problema sempre se torna muito perigoso, quando se situa no âmbito das Forças Armadas”.

O senador paulista é carioca de nascimento e provém de uma família de militares, sendo filho, neto e bisneto de oficiais-generais. Mas é como político e professor de Sociologia na USP que se preocupa com as possíveis consequências institucionais do agravamento da questão militar no Brasil.

Ele fala de episódios ocorridos nos últimos dias, entre os quais o choque de posseiros com a Polícia Militar, em Diadema, São Paulo, e o conflito entre policiais civis e militares, em Brasília, como sinais de tensões que se agravam e que, além da questão puramente salarial, preocupam os militares brasileiros. “Trata-se — continua Fernando Henrique — de sintomas da não-ordem, isto é, o contrário da ordem, cuja manutenção, em última análise, sobretudo no plano institucional, constitui dever dos militares.”

Conversas

O líder dos tucanos no Senado revela ao JBr que “tem havido, en-

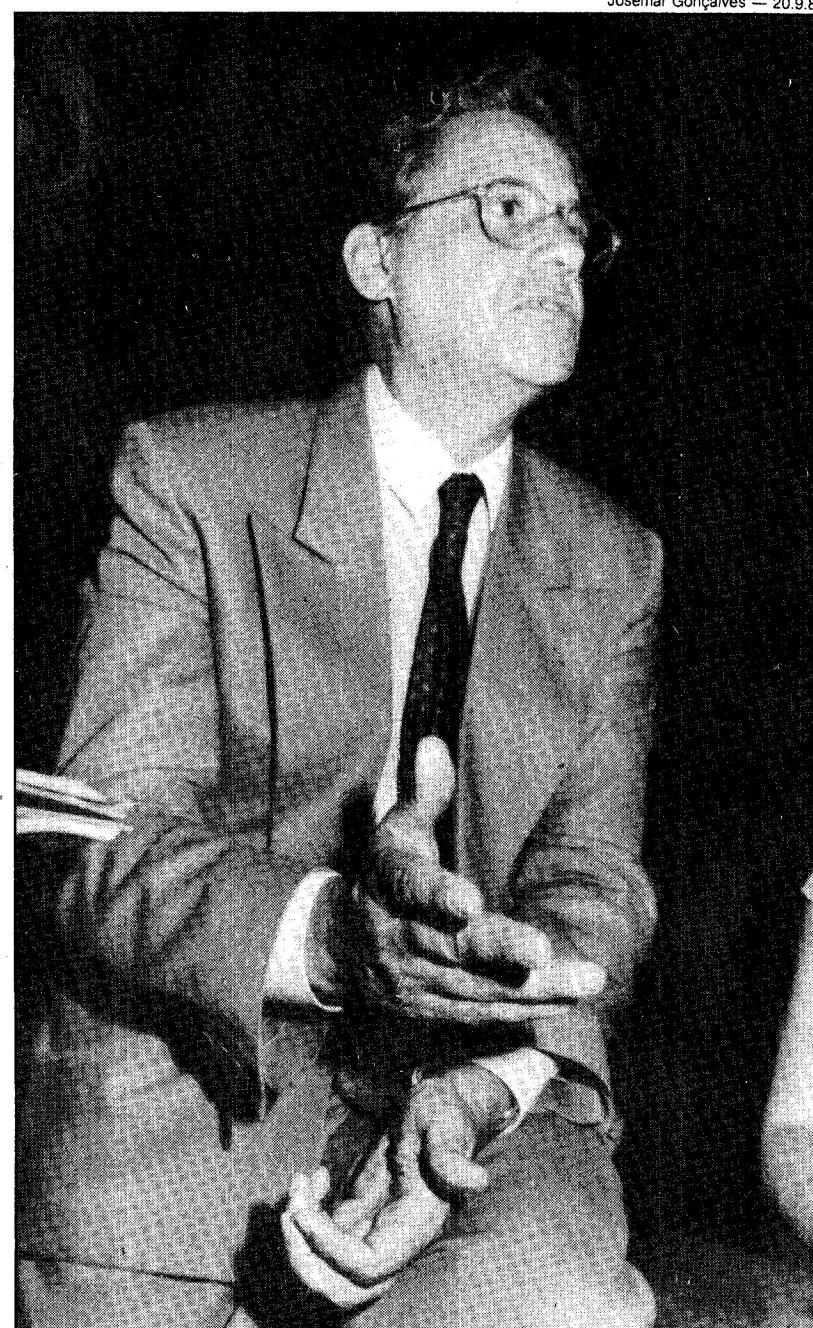
tre senadores e militares, conversas sobre problemas brasileiros, que não vazaram para a imprensa.”

A propósito, ele lastima que, no último encontro da comissão mista de senadores e deputados, para investigar a política nuclear brasileira, o depoimento do ex-ministro do Gabinete Militar do presidente Figueiredo, general Danilo Venturini, tenha vazado.

“Mas não foi — garante ele — nenhum senador que transmitiu à imprensa a notícia de que o Brasil fizera transações com a China Comunista, com vistas ao programa nuclear brasileiro. O Senado sempre é mais discreto em qualquer assunto.”

Há dias, um importante líder governista no Congresso tratou, com o presidente Fernando Collor, da questão dos soldos militares. Pelo teor da conversa que teve e dadas as preocupações que suas advertências então geraram, ele preferiu manter o nome em sigilo. Mas sublinhou que, em face do que disse, o reajuste então aprovado para os soldos militares, de pouco mais de 76%, foi elevado para 81%, insuficiente, ainda, a seu ver, para atender às reivindicações da oficialidade e tranquilizar um setor que postulava acerto de 200% sobre o que é pago hoje a todos os integrantes das Forças Armadas.

O descontentamento gerado pela oferta dos reajustes do governo agravou a situação, segundo o líder situacionista, provocando reações em cadeia em todo o País, especialmente no interior de São Paulo e no Norte, entre outras, como as lideradas pelo coronel da reserva Márcio Matos Viana Pereira (São Luís do Maranhão) e do capitão, também da reserva, Roberto Trapani, presidente da Associação de Militares Oficiais da Reserva (AMOR), de Ribeirão Preto, em São Paulo.



Inquietação dos militares preocupa Fernando Henrique Cardoso

Josemar Gonçalves — 20.9.88

Jorge Cardoso — 28.6.90

Nova ordem na política mundial

Um dos temas que já foi objeto de conversas preliminares entre militares e políticos de maior expressão, relacionada com a interrupção das pesquisas científicas e tecnológicas de aplicação militar, foi a idéia das grandes potências, de imporem aos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, “uma nova ordem política mundial”.

O presidente George Bush pouco antes de visitar o Brasil, proclamou, no Congresso norte-americano, a disposição de intervir militarmente no Oriente Médio, para consolidar ali nova ordem mundial. Pelo que deixou então transparecer, o objetivo da intervenção seria fazer com os países daquela região entregassem seu principal produto, o petróleo, por preços e nas condições aceitas pelas grandes potências. Na mesma linha, às vésperas da intervenção do Iraque no Kuwait a ex-primeira ministra inglesa Margaret Thatcher, chegou a dizer que “era hora de os países membros da OTAN, por haver cessado o perigo do Leste europeu, se preparam para intervir no Hemisfério Sul”.

No entender dos especialistas e estrategistas brasileiros, nessa nova ordem imaginada pelos dirigentes das grandes potências, caberia papel fundamental ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional, conforme preconizou há tempos o secretário da Fazenda de Bush, Nicholas Brady. Nessas conversas ainda informais realizadas fora do Senado, lembrou-se ainda que foram os EUA que, em 1979, forçaram a elevação dos juros dos empréstimos internacionais e fixaram no FMI, pré-requisitos que aumentaram o endividamento dos países subdesenvolvidos, obrigando-os, segundo se admite, a abrirem mão do desenvolvimento econômico auto-sustentado